

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL À
SUBESTAÇÃO 30/15 KV DA MADALENA, ILHA DO PICO**

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

REGISTO: INT-SRAAC/2021/4989

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto de execução para a construção da “Subestação a 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico”, abaixo abreviadamente designado por “SEMP”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) iniciou-se a 28 de outubro de 2021 no dia a seguir à entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, de 5 exemplares em papel e uma versão em suporte digital do documentos obrigatórios: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e a memória descritiva da SEMP e ainda outros anexos que completam ou resumem a informação tida por suficiente por parte do proponente.

Nos termos do Diploma AILA foi então constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Filipe Pires que substituirá o primeiro nas suas faltas e impedimentos;
- Direção Regional da Energia (DREn), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Reginaldo Andrade;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), Divisão do Ordenamento do Território, representada por Catarina Santos;
- Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas do Pico (SAACP), representado por José Carlos Machado, para verificação no local dos aspetos de caracterização da área de estudo e cobertura dos fatores ambientais não cobertos pelos anteriores membros da CA, nomeadamente: ecologia, património e resíduos.

Tendo ainda em consideração que os técnicos que compõem a CA exercem as suas funções em ilhas diferentes, o suporte digital dos documentos recebidos na DRAAC foi partilhado por estes com recurso ao sistema informático dos Serviços da Administração Regional, de modo a habilitar cada um a proceder à respetiva apreciação de que resultou o presente parecer conjunto.

Não foi efetuada qualquer deslocação conjunta ao local de implantação do Projeto, embora o representante do SAACP, em caso de dúvida de algum membro da CA sobre a área de estudo pudesse deslocar-se a esta para a esclarecer.

2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA para a SEMP é constituído pelo Relatório Técnico (RT), o Resumo Não Técnico (RNT) e vários Anexos, o primeiro dos quais corresponde ao Projeto de Execução (PE); o segundo ao Regulamento do PDM da Madalena; o terceiro aos Requisitos para a Gestão Ambiental em Obra que integram o Plano de Gestão Ambiental de Obra (PGAO) e o Plano de Prevenção Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD); e quarto ao Plano de Segurança e Saúde (PSS).

O RT apresenta ao longo dos seus capítulos os intervenientes no procedimento e no licenciamento, o quadro legal para autorizar este tipo de projetos e para a caracterização dos diferentes fatores ambientais considerados pelos autores do EIA, informa que o EIA foi efetuado para a fase de projeto de execução, o objetivo deste empreendimento e a metodologia seguida na estrutura do EIA e o mecanismo de eliminação de alternativas, além da fazer uma caracterização profunda da área de estudo na situação atual, os impactes prospetivados pelos autores, propõe medidas de minimização dos impactes negativos e potenciação dos positivos, recomenda programas de monitorização e fundamenta as razões para aprovação do projeto.

A CA verifica que no conjunto dos capítulos e dos volumes que compõem o EIA se procura respeitar o conteúdo obrigatório do Diploma AILA para este tipo de documentos. A estrutura teve ainda como orientação o “Guia Metodológico para a Avaliação de Infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade” da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes.

O RT apresenta alguns erros transversais a vários pontos como, por exemplo, designar as Estradas Regionais (ER) como Nacionais (EN) o que não é grave.

No RNT, os autores listaram um conjunto de questões que se deduz considerarem ser as mais prováveis ser levantadas pela população em geral e dando a cada uma delas as respostas que

consideram adequadas e de forma simples. Nesta metodologia esclarecem as razões do EIA, as entidades envolvidas no procedimento, a justificação para a construção SEMP, a descrição da área de estudo e do local da sua implantação, os impactes resultantes perspectivados com as medidas que se propõem para minimizar os maus efeitos com recurso a uma linguagem acessível e resumindo o essencial do conteúdo do RT com as suas virtudes e defeitos.

Assim e sem comprometer eventuais pormenores de análise a referir no próximo capítulo, genericamente, a CA considera que na sua estrutura o conjunto dos documentos se adequa ao cumprimento dos requisitos para a conformidade geral de um EIA nos termos expostos no Diploma AILA.

3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA

Neste capítulo do parecer a CA irá expor com algum pormenor a sua apreciação crítica ao conteúdo do RT e do RNT para a assegurar a melhor correção e adequação do essencial do EIA a disponibilizar à Consulta Pública ao longo presente procedimento de AIA.

3.1 – Relatório Técnico (RT)

Para uma boa articulação entre a apreciação da CA e o RT a numeração de referência exposta ao longo deste número do parecer é a mesma utilizada neste volume do EIA.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o RT identifica o empreendimento alvo do EIA que se encontra em fase de projeto de execução, o proponente, apresenta o quadro legal a que fica sujeito o licenciamento deste tipo de projetos para os vários fatores ambientais considerados, informa quem é a Entidade Licenciadora e a Autoridade Ambiental, refere o período de elaboração do EIA, lista os autores do relatório, a respetiva formação, repartição das componentes temáticas que competiu a cada um no estudo e a estrutura deste volume e termina com a metodologia de elaboração do EIA e exposição da sua estrutura interna.

- No subcapítulo **1.2. Enquadramento Legal**, mais concretamente na Tabela 1 - Diplomas legais aplicáveis no concelho de Madalena do Pico, no que diz respeito ao **Ordenamento do Território**, considera-se pertinente adicionar a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual), o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual), o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto) e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de

dezembro, na sua redação atual). Por outro lado, considerando a sua escassa relevância ou não abrangência da área de estudo, sugere-se a remoção da listagem o Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico, o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e a Reserva Ecológica. Para além disso, importa também referir a dinâmica dos instrumentos de gestão territorial (revisão ou alteração), caso aplicável, incluindo a referência aos diplomas das respetivas deliberações, sugerindo-se igualmente a reformulação do título da referida tabela para apenas “*Diplomas legais aplicáveis*”.

- Ainda sobre a mesma tabela, quanto à **Paisagem/Património Etnográfico**, uma vez que os diplomas indicados são relativos à Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, não sendo a mesma incidente na área de estudo, sugere-se a sua substituição pelos diplomas relativos a esta matéria disponíveis no Portal do Ordenamento do Território dos Açores (POTA), nomeadamente, a Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro), a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho) e os Objetivos de Qualidade e Orientações para a Gestão da Paisagem (Resolução do Conselho de Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro).

Além de repetir a numeração dos dois primeiros pontos do capítulo, o que não é grave, a CA não tem outros comentários a efetuar sobre o conteúdo do presente capítulo do RT.

Capítulo 2 – OBJETIVOS DO PROJETO/ ANTECEDENTES/ ALTERNATIVAS

Neste capítulo o RT apresenta o sistema de distribuição e transporte da energia elétrica no Pico, constituído por uma rede de transporte a 30 kV que assegura a potência desde a subestação da CTP até às subestações da Madalena e das Lajes do Pico composta por linhas aéreas de cobre nu a partir das quais se fazem a respetiva saídas sendo esta apresentada numa figura, enquanto outra mostra as áreas de influência das várias subestações existentes na ilha.

O RT informa que o objetivo da construção da SEMP é permitir o estabelecimento nesta de uma nova linha de transporte a 30kV, devido à evolução do sistema elétrico da ilha, e a instalação de uma nova unidade de transformação 30/15 kV que permitirá ser um recurso em caso de falha da atual, uma vez que não seria possível estabelecer estas ligações nas atuais instalações onde não existe condições de ampliar os quadros MT 30 kV e 15 kV.

É assumido no RT a inexistência de antecedentes e é apresentado o fundamento que eliminou o estudo de alternativas ao presente projeto de execução: a disponibilidade de terreno pertença

do proponente, a necessidade de construir um novo edifício para ter espaço disponível para instalação dos novos quadros a colocar na futura SEMP e o princípio da não dispersão dos impactes no território.

A CA não considera necessário pedir mais informações ao conteúdo deste capítulo, nem tem correções a propor e tendo em consideração que segundo o Diploma AILA a eliminação de alternativas obriga à da comparação com a opção zero de não construção, é de parecer que esta obrigatoriedade ficou salvaguardada com o exposto no ponto 6.16 do presente RT.

Capítulo 3 – ENQUADRAMENTO, LOCALIZAÇÃO E ÁREA EM ANÁLISE

Neste capítulo, o RT apresenta, através de fotografias, cartas e texto, o enquadramento global, regional e local do sítio de implantação da SEMP e da área de estudo.

A CA não tem qualquer comentário a referir sobre o conteúdo deste capítulo.

Capítulo 4 – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Na Tabela 4 - IGT em Vigor no Concelho de Madalena do Pico, sugere-se novamente que os instrumentos de gestão territorial incidentes e/ou relevantes sejam revistos, de acordo com o supramencionado relativamente a esta matéria (*ver comentários ao subcapítulo 1.2. Enquadramento Legal*), tal como se altere o título da referida tabela para apenas “*IGT em Vigor Aplicáveis*”.

Capítulo 5 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO DE EXECUÇÃO

O sistema de transporte e distribuição da Ilha do Pico é constituído por uma rede de transporte de 30 kV, que assegura o trânsito de potência desde a subestação da central termoelétrica de São Roque até à subestação da Madalena, através de linhas aéreas de cobre nu. A partir da referida subestação, a distribuição MT é efetuada com um nível de tensão de 15 kV.

A atual subestação da Madalena tem uma potência instalada de 5 MVA, sendo composta por um transformador de 30/15 kV.

A construção da Subestação 30/15 kV da Madalena visa permitir a ampliação da atual subestação, garantindo o estabelecimento de uma nova linha de transporte a 30kV, e a ligação de uma nova unidade de transformação 30/15 kV, que permitirá assegurar um recurso no caso de falha da atual. Atualmente não é possível estabelecer estas ligações, uma vez que não existe hipótese de ampliar os quadros MT 30 kV e 15 kV da atual Subestação.

Por forma de evitar os custos com expropriações ou com a aquisição de outros locais, a EDA optou pelo estabelecimento da nova subestação nos seus terrenos contíguos à central, uma vez que dispõe de espaço para tal, sendo o edifício existente reconvertido em armazém.

O edifício da Subestação a construir, de piso único, constituído pelas seguintes salas: comando e controlo, quadros MT 30 kV e 15 kV, baterias do sistema de alimentação CC, transformadores de serviços auxiliares e baterias de condensadores.

No parque exterior de transformadores serão instalados dois Transformadores de Potência 30/15kV de 5 MVA e duas resistências de neutro.

Capítulo 6 – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O RT apresenta a caracterização da envolvente à SEMP através da descrição da área recorrendo aos fatores ambientais exigidos no Diploma AILA e outros considerados pelos autores do EIA pertinentes para a avaliação dos efeitos do projeto em avaliação. Igualmente salienta o facto de a implantação se situar em terrenos onde está inserida a atual subestação.

A CA tem a referir que a apreciação desenvolvida abaixo para os vários fatores ambientais discriminados no RT foi efetuada pelos diferentes técnicos que a compõem, tendo os descritores sido distribuídos em função das competências dos Serviços que eles representam e por vezes tendo em consideração a formação ou sensibilidade dos mesmos quando não específicos de qualquer departamento que a integra.

- **Clima** – A caracterização baseou-se em pesquisa documental e publicações de informação e investigação climatológica e a cartografia da variação geográfica dos parâmetros meteorológicos teve como base o projeto CLIMAAT.

Assim, no RT é referido que os Açores se localizam na zona de transição entre as massas de ar quentes e húmidas subtropicais e as mais frescas e secas subpolares, sendo o clima do arquipélago classificado de mesotérmico húmido com características oceânicas, caracterizado pela sua amenidade térmica, elevados índices de humidade do ar, taxas de insolação pouco elevadas, chuvas regulares e abundantes e ainda ventos vigorosos devidos à circulação atmosférica no Atlântico Norte. Contudo, o relevo das ilhas interfere significativamente localmente com os fatores climáticos gerais, gerando nuvens de relevo, nevoeiros e precipitações orográficas.

Depois de referido o predomínio dos ventos oeste nas ilhas do Grupo Central dos Açores, sendo que na estação da Horta o octante mais comum o de sudoeste, seguido do de sul, os dois

com também com maiores velocidades de vento que aumenta com altitude podendo atingir-se rajadas, raras, mas superiores a 100 km/h, os meses mais calmos são no verão. Seguidamente são apresentadas da ilha com a distribuição dos valores médios anuais dos parâmetros meteorológicos para o Pico referentes à temperatura, humidade relativa e precipitação, com a indicação da localização do projeto.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada no RT face aos objetivos do presente procedimento de AIA e nada de relevante tem a referir neste parecer para este fator ambiental neste ponto.

- **Geologia** –O RT apresenta sumariamente a origem geológica da ilha com os complexos vulcânicos reconhecidos e informa que o local do projeto é essencialmente constituído por escoadas lávicas basálticas, bem como a geomorfologia da ilha, as principais orientações tectónicas, os recursos geológicos disponíveis e os elementos importantes neste campo e ainda os riscos geológicos que o local e a ilha estão expostos. Tendo em consideração a tipologia do projeto e as suas dimensões a CA considera que foi fornecida informação suficiente para as necessidades de consulta pública e apreciação dos impactes da SESR neste fator ambiental.

- **Recursos Hídricos e Qualidade da Água** – O RT apresenta figuras onde mostra os sistemas aquíferos, as linhas de água e a cartografia de vulnerabilidade das águas subterrâneas.

Embora a área de estudo possua o furo de extração de água das Bicadas e uma adutora do sistema de abastecimento público, o projeto não interfere com linhas de água, reservatórios naturais superfície ou outras infraestruturas da rede pública de água e a SEMP está implantada fora do perímetro de proteção captação acima identificada.

Face ao acima exposto a CA considera que os elementos apresentados no RT são suficientes às necessidades deste procedimento de AIA.

- **Qualidade do Ar** – Para caracterizar este fator ambiental, a equipa do EIA baseou-se no Relatório da Qualidade do Ar do ano de 2019, que teve em conta os dados da estação situada no Faial da rede nacional de qualidade do ar e considerada representativa para os Açores em termos de região rural de fundo. O RT faz ainda referência à estação situada em Ponta Delgada, onde se mediu uma única excedência para PM₁₀ quando são permitidas 35 num ano. Assim, o RT conclui que os dados apontam para um índice da qualidade do ar com a classificação de Bom condicionado pelo parâmetro ozono.

Já depois de apresentar a qualificação do ar baseada no relatório citado, o RT identifica as fontes emissoras de poluição presentes na área de estudo, nomeadamente a atual subestação e

suas linhas elétricas associadas aos pórticos, algumas moradias, instalações agrícolas e a estrada regional cujo conjunto considera dar num contributo para a degradação da qualidade do ar pouco significativo.

Este ponto do RT termina com a identificação e cobertura fotográfica de alguns recetores sensíveis que correspondem a moradias situadas a partir dos 200m para oeste da SEMP.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada no RT.

- **Ruído** – O RT, após apresentar o quadro legal deste fator com exposição dos critérios para o caracterizar, descreve o aspeto rural da área de estudo, a presença de uma estrada regional contígua a SEMP e, uma vez que não há mapa de ruído para o concelho de Madalena, os autores do EIA consideraram representativo o determinado para outra estrada com a mesma dinâmicas feito no âmbito do PDM de São Roque do Pico e assume ainda o efeito coroa da atual subestação e linhas em exploração. Por fim, identificam dois recetores sensíveis correspondendo a moradias a cerca de 150 m para oeste da SEMP

Deste modo extrapolando os dados o EIA estima que os níveis de ruído na envolvente ao projeto na ordem ($L_{den} < 60 \text{ dB(A)}$ e $L_n < 50 \text{ dB(A)}$), os quais são inferiores aos permitidos para uma zona sem classificação de ruído como esta, cujos limites são $L_{den} \leq 63 \text{ dB(A)}$ e $L_n \leq 53 \text{ dB(A)}$.

A CA mesmo tendo em conta a eventual margem de erro associada à extrapolação, considera suficiente a situação de referência da área de estudo em termos de ruído.

- **Radiação** – O RT começa por explicar o que está na origem dos conceitos e especificidades da radiação eletromagnética e respetivos campos físicos. Depois apresenta a legislação que regula a exposição das pessoas a estas ondas e prossegue concretizando os campos associados a alguns equipamentos associados a subestações para concluir que *“a radiação eletromagnética produzida pelo funcionamento das linhas existentes, bem como dos transformadores instalados na SE, não é significativa, nomeadamente tendo em conta que os campos gerados no transporte de eletricidade são de baixa frequência”*.

A CA considera os elementos fornecidos como suficiente para os objetivos pretendidos neste procedimento.

- **Solos** – O RT apresenta uma caracterização dos tipos de solos mais comuns no Pico, começando com a referência ao carácter juvenil da ilha para mencionar a predominância de solos incipientes e terrenos pedregosos do tipo litossolos e solos litólicos.

Conclui que a área de análise se localiza numa zona caracterizada pela presença de solos basálticos de declive pouco acentuado e não suscetíveis a erosão que apresentam capacidade de utilização agrícola que poderá variar entre A e B, aspeto confirmado com o facto da área em análise se inserir na Reserva Agrícola Regional (RAR).

Prossegue com a metodologia seguida nos Açores para a determinação e elaboração de cartas com as classe referentes à capacidade de uso do solo para informar as limitações existentes no Pico em matéria de solo que a área de análise se insere numa zona de classe de uso do solo de IV a VI (uso arável ocasional + pastagem ou uso florestal) corroborado pelo facto de se integrar na RAR, incluído a implantação do SEMP.

A CA considera a caracterização no RT sobre este fator ambiental suficiente para as necessidades do presente procedimento de AIA.

- **Uso do Solo** – Atendendo que se refere apenas à ocupação atual do solo, sugere-se que sejam removidas as referências à “*carta*” (Planta) de Ordenamento do PDM, uma vez que esta é relativa aos regimes de uso do solo, devendo apenas ser desenvolvida no subcapítulo seguinte. Adicionalmente, sugere-se a revisão do conteúdo relativo à Carta de Ocupação do Solo dos Açores (COS.A), com base na versão mais recente (2018) e restringindo a sua caracterização à área de estudo, incluindo as definições das nomenclaturas incidentes (nível 3), nomeadamente, Terras Aráveis (211) na área de implantação e Áreas Agrícolas Heterogéneas (214) e Florestas de Folhosas (311) na restante área de estudo.

- **Instrumentos de Gestão do Território** – Sugere-se que este título seja corrigido para “*Instrumentos de Gestão Territorial*”. Para além disso, no subcapítulo **6.10.1. Nota Introdutória**, julga-se que o seu conteúdo traduz o sistema de gestão territorial descrito no n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, devendo constar essa referência, tal como a sua conjugação com o artigo 38.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, e com o artigo 2.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (nacional), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, incluindo o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Adicionalmente, sugere-se as seguintes reformulações/correções, destacadas a negrito: “*Deste modo, procedeu-se à identificação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) vigentes **relevantes** com incidência espacial na área de estudo. No que diz respeito às*

*condicionantes de atuação no território, as mesmas foram identificadas e listadas tendo como base a “**Planta de Condicionantes**” do PDM em vigor”.*

No subcapítulo **6.10.2. Ordenamento do Território**, mais concretamente na Tabela 12 - IGT com incidência espacial no concelho da Madalena, sugere-se mais uma vez que a situação de referência seja circunscrita apenas aos instrumentos de gestão territorial relevantes e/ou incidentes, sendo removidos todos aqueles que não se enquadrem nessas condições, em concordância com os comentários realizados ao subcapítulo 1.2. Enquadramento Legal. Neste sentido, deverá ser removida da referida tabela a coluna intitulada “*Incidência direta na área de análise*”, bem como a coluna denominada “*Análise de conformidade*”, devendo esta última ser desenvolvida de seguida através da enumeração dos objetivos estratégicos de cada instrumento de gestão territorial de âmbito nacional e regional, destacando aqueles relacionáveis com o projeto a executar. Para além disso, deverá ser removida a linha relativa ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional, uma vez que o mesmo não consiste num instrumento de gestão territorial, tal como se sugere a reformulação do título da referida tabela para apenas “**IGT relevantes com incidência espacial**”.

Ainda sobre a mesma tabela, na linha relativa ao Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), o enquadramento legal deverá ser corrigido, conforme se destaca a negrito: “*DLR n.º 6/2016/A, de 29 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de **26 de abril***”. Adicionalmente, na linha referente ao Plano Diretor Municipal da Madalena, deverá ser igualmente adicionada ao enquadramento legal a suspensão parcial publicada, entretanto, pelo Aviso n.º 20595/2021, de 2 de novembro.

No que diz respeito ao desenvolvimento da situação de referência do **Programa Regional para as Alterações Climáticas** (PRAC), importa corrigir a seguinte frase, sendo destacada a correção a negrito: “*Verifica-se que o projeto em apreço permite melhorar a infraestrutura elétrica, indo assim **ao** encontro às necessidades identificadas para a região*”.

Quanto ao desenvolvimento da situação de referência do **PDM do concelho da Madalena**, informa-se que a menção à peça desenhada relativa ao Ordenamento deverá ser denominada por “*planta*”, sendo este comentário aplicável às restantes referências sobre a mesma no posterior conteúdo do EIA. Adicionalmente, para além de identificada a categoria de espaço onde a área de implantação se insere, julga-se também pertinente referir as abrangidas pela área de estudo, a título informativo, devendo ser realizada uma apreciação sobre a compatibilidade da proposta com o disposto no regulamento do PDM.

Ainda sobre o mesmo descritor, verifica-se que o projeto a executar é corretamente enquadrado na Reserva Agrícola Regional, cabendo à IROA, S.A. a verificação da sua compatibilidade com as restrições legais impostas por essa condicionante. Mais se acrescenta que se julga também pertinente enquadrar a área de estudo nas Infraestruturas Rodoviárias e Elétricas.

No subcapítulo **6.10.3 Análise da conformidade**, para além de incluir as conclusões relativas ao Programa Regional para as Alterações Climáticas, deverão ser também integradas as considerações obtidas na sequência do desenvolvimento da situação de referência dos instrumentos de gestão territorial que se encontram em ausência, conforme sugerido anteriormente.

– **População e Socioeconomia** – Neste fator ambiental é feita uma caracterização demográfica com dados estatísticos de 2001 e de 2011, comparando a respetiva evolução em termos de população residente, estrutura etária e nível de escolaridade, bem como uma descrição em termos de emprego, atividade económica e estrutura empresarial, sistema de saúde e equipamentos, turismo e energia, nestes parâmetros utilizou também anuários estatísticos mais recentes.

Esta caracterização é apresentada através de tabelas e textos com dados que vão do nível da ilha do Pico, ao do concelho de Madalena e, sempre que possível, descendo ao da freguesia de com o mesmo nome.

A CA presentemente já teve acesso aos dados provisórios dos censos de 2021, pelo que se algumas previsões demográficas se confirmaram, há um aspeto relevante em matéria de população residente no concelho da Madalena que aumentou ao contrário das tendências de ilha e regionais, todavia esta situação não altera o referido para a maioria dos restantes aspetos descritos pelo que considera a caracterização profunda e suficiente para as necessidades do presente procedimento de AIA

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – O RT apresenta a metodologia utilizada nos levantamentos de campo para a caracterização da flora, fauna e habitats na área de estudo, estabelecendo como zona de estudo uma área de influência circular (buffer) com 300 metros de raio a partir do ponto central (centróide) da área de implantação do projeto, sendo que a mesma se encontra fora da área delimitada pelo Parque Natural do Pico, não pertence à área da Reserva Ecológica e está inserida na Reserva Agrícola Regional.

O RT expõe uma listagem de todas as espécies da Flora e da Fauna presentes na área de estudo, mencionando as espécies invasoras, nativas e endémicas da flora, tendo sido identificadas diversas espécies da fauna com estatuto de proteção definido pela Diretiva Habitats\Aves, CITES, Convenção de Bona e Convenção de Berna, que poderão ser afetados pelo empreendimento.

A CA considera os elementos apresentados suficientes para os objetivos deste procedimento.

- **Paisagem** - No subcapítulo **6.13.2. Elementos de trabalho**, julga-se não ser pertinente a Planta Síntese do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, pelo que se sugere a sua remoção, devendo igualmente ser removida a data (2011) associada ao Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores.

No subcapítulo **6.13.4. Unidades de Paisagem**, importa referir que o conteúdo teve por base o Sistema de Informação de Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores (SIAGPA), disponível no Portal do Ordenamento dos Açores (POTA), desenvolvido através da atualização do Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores, publicado pelo Governo dos Açores em 2005, e da implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) à Região, publicada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro. Quanto aos principais povoados, informa-se que são Candelária, Monte, Criação Velha, Madalena e Bandeiras, devendo ser removidos Areia Larga e Biscoitos, tal como se considera que da caracterização sobre a referida Unidade de Paisagem deverá ser removida a referência aos pontos panorâmicos, uma vez que a área de estudo não abrange nenhum deles.

Ainda sobre o mesmo subcapítulo, no que concerne à **Tabela 29 - IGT em vigor com incidência direta ou indireta na preservação da paisagem**, sugere-se novamente que sejam revistos e desenvolvidos os instrumentos de gestão territorial incidentes e/ou relevantes, em conformidade com os comentários efetuados no subcapítulo 1.2. Enquadramento Legal. Para além disso, importa corrigir a descrição relativa ao Plano Diretor Municipal da Madalena, fazendo a distinção entre as categorias de espaços abrangidas pela área de implantação e pela área de estudo, devendo ser reformuladas para Espaços Agrícolas, Espaços Florestais e a Espaços-Canais (Infraestruturas Rodoviárias – Redes Rodoviárias com Funções Regionais e Municipais). Mais se informa que deverão ser efetivamente descritas as implicações dos instrumentos de gestão territorial identificados na paisagem e não referir apenas um breve enquadramento legal.

- **Património Arquitetónico e Arqueológico** – Para este fator ambiental, o RT descreve a metodologia utilizada na identificação e inventariação de imóveis na área de estudo. Uma vez que não foram identificados imóveis classificados, a CA considera que a informação é suficiente para o pretendido neste procedimento.

- **Sistema de gestão de resíduos** - O RT faz uma pequena descrição da empresa Resiaçores, que possui a concessão da exploração do Centro de Processamento de Resíduos (CPR) da Ilha do Pico, atualmente licenciada para todas as tipologias de resíduos pelo alvará de licença n.º 6/DRA/2020.

A CA considera que poderá ser realizada uma caracterização mais abrangente da situação de referência do sistema de gestão de resíduos na ilha do Pico, com indicação dos restantes operadores de gestão de resíduos licenciados existentes também com atividade nas tipologias de resíduos que se prevê produzir.

Considera ainda que a informação deste fator ambiental deverá ser complementada no que concerne à produção de resíduos, fazendo referência às diferentes tipologias de resíduos que se prevê virem a ser produzidos, de modo a haver coerência com a informação apresentada no Subcapítulo 7.13 Produção de Resíduos e Sistema de Gestão de Resíduos.

6.16 Evolução da situação de referência sem a implementação do Projeto – Este ponto, incluído no capítulo do RT destinado a caracterizar a situação de referência da área de estudo, surge com o objetivo de dar cumprimento à obrigação legal imposta pelo Diploma AILA de o conteúdo do EIA avaliar alternativas, mas, no caso de justificada a eliminação destas, como cumprido no capítulo 2 deste volume, no mínimo ser efetuada uma comparação com a Alternativa Zero, correspondente à de não realização do projeto.

Assim, para cada um dos fatores ambientais considerados anteriormente neste capítulo é feita uma pequena perspetiva das prováveis alterações que ocorrerão nos mesmos tendo em conta as tendências atuais e o cenário de não execução da SEMP.

A CA nesta fase de apreciação do EIA não tem qualquer comentário a tecer sobre este ponto do RT.

Relativamente ao **Uso do Solo**, cuja descrição é remetida para o tópico anterior (Capacidade de Uso do Solo), julga-se que o mesmo deverá ser desenvolvido de acordo com a alternativa 0, ou seja, caso o projeto não seja implementado. Para além disso, quanto ao **Ordenamento do Território**, a não implementação do projeto poderá ter influência ao nível da prossecução dos objetivos estratégicos relativos à energia dos instrumentos de gestão territorial incidentes

e/ou relevantes, devendo este tópico ser revisto. Mais se acrescenta que se verificou se encontrar em falta o descritor relativo à **Paisagem**.

Capítulo 7 – IMPACTES AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

O RT apresenta a metodologia geral utilizada na determinação e avaliação de impactes com base no guia da Associação Portuguesa de Impactes Ambientais (APAI) para este tipo de projetos e adaptada às especificidades regionais resultantes do Diploma AILA.

Em cada fator ambiental considerado neste capítulo, o RT apresenta os critérios específicos do descritor em causa usados para avaliar os impactes nele determinados e identifica as fases da respetiva ocorrência: construção, exploração e/ou desativação; em seguida expõe os efeitos estimados inventariados pelos autores do EIA com a respetiva valorização; depois lista, quando necessário e, por fim, as ações que propõem para os minimizar.

A CA, por norma, no parecer de apreciação da conformidade do EIA, quando não deteta erros graves de método que possa determinar a avaliação, não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimada pelos autores, nem a adequação das medidas de modo a não influenciar a Consulta Pública. Assim, neste parecer, a CA apenas identifica as imperfeições mais significativas, podendo existir fatores ambientais sem apreciações para este ponto.

- **Ruído** – Apesar da metodologia de caracterização pressupor uma situação em São Roque como semelhante à que ocorre na Madalena ao nível deste descritor, a CA considera suficiente o exposto no RT para este fator ambiental.

- **Solos/ capacidade de uso do solo e ocupação atual do solo** – A integração neste capítulo destes dois fatores ambientais caracterizados em separado no anterior não compromete a conformidade do EIA.

- Julga-se pertinente incluir, na Fase de Desativação, o retorno da disponibilidade de área para os usos incidentes definidos no âmbito da COS.A 2018.

- **Instrumentos de Gestão do Território** – Importa referir que a execução do projeto poderá trazer impactes positivos nas fases de construção e exploração e negativos na fase desativação, caso esteja prevista a melhoria da rede elétrica nos objetivos estratégicos dos instrumentos de gestão territorial incidentes/relevantes. Quanto ao enquadramento no PDM, ao invés de se considerar a intervenção incompatível com o mesmo, julga-se que poderá ser viabilizada pela respetiva câmara municipal, uma vez que o regulamento é omissivo no que diz respeito ao

regime de edificabilidade relativo à utilização do edifício a construir, não sendo, portanto, necessária a referida “[...] *revisão dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o PDM [...]*”.

- **População e Socioeconomia** – Os impactes apresentados nas diferentes fases de ocorrência do projeto são, de forma geral, positivos, pelo que não são apresentadas medidas de minimização/monitorização. Os autores do EIA assumem ainda algumas lacunas de informação nos anuários estatísticos, embora sem comprometer a avaliação.

A CA considera suficiente o exposto no RT para este fator ambiental.

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – A CA considera que os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si, estando de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental.

- **Paisagem** - Onde se lê “*Erro! A origem da referência não foi encontrada*” deverá ser corrigido para “*Tabela 43 - Impactes na paisagem – fase de construção*”.

- **Produção de Resíduos e Sistema de Gestão de Resíduos** – Surge neste capítulo como um fator ambiental, apesar de antes não ter sido caracterizada a produção de resíduos. Apesar da lacuna identificada na recomendação feita pela CA neste fator na situação de referência, considera que os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si.

- **Saúde Pública** – Este é um descritor não caracterizado no capítulo da situação de referência. O RT para os impactes neste fator ambiental excluiu os cenários de acidente que são apreciados no Plano de Segurança e Saúde (PSS) anexo ao EIA, pelo que considerou apenas os potenciais efeitos na saúde das populações em resultado da exposição destas ao ruído, radiações e degradação da qualidade do ar e das águas em virtude do projeto, todavia como não existe população fixa em torno deste assume a não perspetiva de impactes negativos significativos.

Neste enquadramento o RT esboça um conjunto de impactes transversais aos fatores ambientais acima referidos e com efeitos cumulativos na saúde como os resultantes da contaminação de água, ar e as emissões de radiações e ruído.

A CA considera suficiente os aspetos referidos neste ponto tendo em conta que não há população fixa próxima da implantação da SEMP.

Impactes Cumulativos – Embora não seja por si um fator ambiental, o RT neste ponto faz uma referência das interferências em determinados impactes de diferentes descritores devido à coexistência na situação de referência da atual subestação, a desativar, mas a manter o edifício. A CA não tem comentários a fazer ao conteúdo deste ponto.

Medidas de Minimização de Carácter Geral – O RT termina este capítulo com um ponto onde lista um conjunto de medidas aplicáveis à fase de construção de imóveis de diversas tipologias, indicadas nos Guias da Agência Portuguesa do Ambiente que pretendem minimizar em simultâneo impactes sobre vários dos fatores ambientais considerados no EIA e também conhecidas como Boas Práticas Ambientais.

A CA não tem outros comentários a fazer sobre este ponto do RT.

Capítulo 8 – ANÁLISE DE RISCO

O RT começa por distinguir impacte de risco ambiental, pois este resulta de situações acidentais que não decorrem da normalidade dos trabalhos a desenvolver nas várias fases de implementação do projeto.

Segue-se a definição de risco como o produto da probabilidade de ocorrência de um certo evento e da extensão do seu efeito, mencionando-se em seguida os que se perspetivam mais prováveis de ocorrer, que tendem também a ter menores repercussões. Na fase de construção serão os derrames e na de exploração o de incêndio na SEMP, de baixa probabilidade, mas perigosidade elevada se não controlado, este são apreciados tendo em conta as características locais.

Prossegue com a referência aos riscos de responsabilidade civil e enquadráveis no regime de higiene e segurança no trabalho, esclarecendo que foi elaborado um PSS, que constitui o Anexo ao Projeto de Execução, o qual procura dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 273/2003.

O RT apresenta quadros com os materiais a existir nas instalações e a atividades a desenvolver em obra que oferecem riscos especiais devidamente discriminados com as medidas a seguir para os diminuir.

O EIA esclarece algumas responsabilidades da entidade executante desde o início dos trabalhos, não só em matéria de elaborar e planear os aspetos da segurança, saúde como a necessidade de compatibilizar atividades e de articular com o Coordenador de Segurança em Obra para validar e ainda sujeitar à aprovação do Dono de Obra.

A CA, tendo em conta a dimensão e os riscos potenciais associados ao projeto, considera suficiente a profundidade com que este assunto foi tratado no RT. Estes aspetos também são exigências em matéria de licenciamento do projeto e da sua atividade.

Capítulo 9 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O EIA propõe um plano de monitorização correspondendo ao censo de aves mortas na fase de exploração, a pertinência deste programa será analisada no parecer final deste procedimento, para não influenciar a Consulta Pública.

Capítulo 10 – SÍNTESE DE IMPACTES

O RT apresenta um quadro com a listagem dos vários descritores anteriormente considerados com os impactes ambientais que perspectivaram sobre os mesmos, respetiva significância e sentido, a fase em que estes devem ocorrer, a abrangência dos mesmos e as medidas propostas para os minimizar quando existem.

A CA por motivos anteriormente expostos não comenta nesta fase o conteúdo deste quadro.

Capítulo 11 – CONCLUSÃO

Neste capítulo sumarizam-se as deduções dos Autores do EIA contidas anteriormente no presente volume, como a CA não se pronuncia sobre a avaliação dos impactes ambientais apresentados no EIA antes da realização da Consulta Pública, também não comenta as conclusões aqui apresentadas nesta fase do procedimento de AIA.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT apresentado parece adequado ao objetivo pretendido e reflete o conteúdo do RT. Neste volume, onde parte da informação importante surge sob a forma de questões a que se segue a respetiva resposta, explica-se o que é o RNT, as razões do EIA, alguns passos do procedimento de AIA e as entidades envolvidas. Depois é efetuado de forma sintética, a descrição do projeto, a caracterização da área de estudo, os impactes perspectivados e as medidas de minimização e informa-se do programa de monitorização de aves proposto no EIA.

Além de algumas incorreções serem comuns ao RT e ao RNT, a CA deteta algumas imperfeições não graves específicas deste que correspondem a aspetos que podem ser melhorados em termos de precisão deste volume, nomeadamente:

- O EIA não se limita a avaliar as consequências para o ambiente no sentido de se considerar este termo como o meio natural que nos envolve e conforme se pode deduzir da leitura em 1.2

do RNT. O EIA também avalia impactes sociais, económicos, questões legais, riscos tecnológicos e efeitos na saúde das pessoas em consequência a implementação do projeto alvo do procedimento de AIA que embora possam englobar o conceito de ambiente em sentido lato, muitas vezes não são associados ao termo “ambiente”;

- Na figura 2, a localização da SEMP indicada pela seta está afastada do sítio de implantação indicado no RT e em desacordo com o texto que localiza o projeto junto à Estrada Regional n.º 3;

- Independentemente da estrutura da tabela 2 do RNT não ser igual à da 49 do RT, existem algumas discrepâncias entre as duas ao nível da identificação/avaliação de impactes;

- Não foi transposto para o RNT a dedução do RT de que não existe compatibilidade do tipo de projeto com o PDM da Madalena.

Apesar do acima referido, a CA verifica que o RNT procura de forma resumida transmitir adequadamente, o conteúdo do RT e respeita a sua estrutura de forma a cumprir o que é exigido no Diploma AILA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Na sequência da apreciação do EIA e respetivos anexos, a CA verifica que embora este tenha procurado respeitar os Guias para avaliação de impactes relacionados com este tipo de projeto, existem diversas imperfeições dispersas pelo Relatório Técnico que foram descritas ao longo do presente parecer, nomeadamente o não aproveitamento dos dados mais recentes e já tornado públicos em termos de censos demográficos e a caracterização do fator ambiental resíduos.

Igualmente importa ficar solucionada a dedução levantada no EIA de não existir compatibilidade do tipo de projeto em avaliação com o PDM da Madalena e com a Reserva Agrícola Regional, pelo que o proponente terá de apresentar pareceres da Câmara Municipal da Madalena e do IROA que evidenciem que estas entidades gestoras respetivamente do PDM e da RAR considerem viável o empreendimento, tendo em conta que a emissão de um parecer negativo por parte das mesmas leva à situação de desconformidade do presente Estudo de Impacte Ambiental por inviabilidade do Projeto de Execução da Subestação da Madalena do Pico.

Por fim considera a CA que as incongruências referidas entre o conteúdo do RT e do RNT terão de ser resolvidas, bem como corrigida a implantação indicada na figura 2 deste último volume.

Assim, a Comissão de Avaliação do EIA ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que antes de o presente procedimento de AIA prosseguir para a fase de Consulta Pública, devem ser introduzidos melhoramentos sob a forma de reformulação do conteúdo do Relatório Técnico para eliminar as imperfeições mencionadas anteriormente neste parecer, nomeadamente:

- As correções/reformulações supramencionadas, entre as quais se destaca a suspensão parcial do PDM da Madalena publicada, entretanto, pelo Aviso n.º 20595/2021, de 2 de novembro;
- A revisão das referências ao enquadramento legal do ordenamento do território e da paisagem, bem como as relativas aos instrumentos de gestão territorial e servidões administrativas e restrições de utilidade pública incidentes e/ou relevantes em vigor, de acordo com os comentários realizados anteriormente em relação a estas matérias;
- A revisão das classes da Carta de Ocupação do Solo dos Açores (COS.A) 2018 onde a área de implantação e a área de estudo se inserem, discriminadamente;
- O desenvolvimento da situação de referência de cada instrumento de gestão territorial incidente e/ou relevante em vigor através da enumeração dos respetivos objetivos estratégicos, destacando aqueles relacionáveis com o projeto a executar e analisando a sua conformidade;
- Encontra-se em falta o desenvolvimento da identificação dos impactes ambientais relativos ao Uso do Solo e à Paisagem na alternativa 0;
- Ter em atenção que, na Fase de Desativação relativa ao descritor Uso do Solo, poderão haver impactes positivos no que concerne ao retorno da disponibilidade de área para os usos incidentes definidos no âmbito da COS.A 2018;
- Evidenciar que a execução do projeto poderá trazer impactes positivos nas fases de construção e exploração e negativos na fase desativação, tal como na alternativa 0, caso esteja prevista a melhoria da rede elétrica nos objetivos estratégicos dos instrumentos de gestão territorial incidentes/relevantes, devendo este tópico ser revisto com base no melhor desenvolvimento da situação de referência;
- Deverão ainda ser obtidos pareceres positivos pela Câmara Municipal da Madalena, no que diz respeito à conformidade da proposta com as disposições regulamentares

aplicáveis no âmbito do PDM, e pela IROA, S.A., no que concerne à compatibilidade da mesma com as restrições legais impostas pela Reserva Agrícola Regional, cujo conteúdo se deve refletir no texto do Relatório Técnico e do Resumo Não Técnico;

- A CA considera que poderá ser realizada uma caracterização mais abrangente da situação de referência do sistema de gestão de resíduos na ilha do Pico, com indicação dos restantes operadores de gestão de resíduos licenciados existentes também com atividade nas tipologias de resíduos que se prevê produzir;
- Considera ainda que a informação deste fator ambiental deverá ser complementada no que concerne à produção de resíduos, fazendo referência às diferentes tipologias de resíduos que se prevê virem a ser produzidos, de modo a haver coerência com a informação apresentada no Subcapítulo 7.13 Produção de Resíduos e Sistema de Gestão de Resíduos;
- Por fim a CA considera que vários dos aperfeiçoamentos a introduzir no Relatório Técnico se refletem no conteúdo do Resumo Não Técnico, que assim deverá ser revisto tendo em atenção essas alterações.

Para os aperfeiçoamentos, colmatações das lacunas e entrega dos pareceres solicitados, a CA concede um período de 30 dias úteis, a partir da receção do presente parecer no proponente, para a implementação das alterações acima expostas, sob pena do procedimento não prosseguir se este prazo não for respeitado sem realização atempada de uma solicitação e justificação para o efeito pelo proponente, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Açores, 19 de novembro de 2021

P¹a Comissão de Avaliação

Carlos Faria
Filipe Pires
Catarina Santos
José Carlos Machado
Reginaldo Andrade